



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

Registro: 2019.0000209520

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1003250-55.2016.8.26.0360, da Comarca de Mococa, em que é apelante RENOVIAS CONCESSIONARIA S/A, é apelado CARLOS EDUARDO DE BASTOS (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 29ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores FABIO TABOSA (Presidente sem voto), CARLOS DIAS MOTTA E NETO BARBOSA FERREIRA.

São Paulo, 20 de março de 2019.

Carlos Henrique Miguel Trevisan
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

VOTO Nº 13.455

APELAÇÃO Nº 1003250-55.2016.8.26.0360

COMARCA: MOCOCA (1ª VARA)

APELANTE: RENOVIAS CONCESSIONÁRIA S/A

APELADO: CARLOS EDUARDO DE BASTOS

JUIZ DE PRIMEIRO GRAU: SANSÃO FERREIRA BARRETO

ACIDENTE DE TRÂNSITO – Motociclista atingido por linha de pipa com cerol – Lesões corporais – Ação de indenização por danos morais e estéticos proposta contra a administradora da rodovia – Sentença de procedência – Apelo da ré – Local do acidente – Prova não conclusiva da ocorrência do fato no momento em que o autor trafegava na rodovia – Impossibilidade de se atribuir à concessionária a responsabilidade pelo evento – Ação improcedente – Apelação provida

A sentença de fls. 139/147, cujo relatório é adotado, julgou procedente a ação proposta pelo apelado “*para condenar a concessionária no pagamento ao autor do valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) a título de indenização dos danos morais, com correção monetária a partir desta sentença (Súmula 362 do STJ) e juros de mora desde a citação, por se tratar de responsabilidade contratual*”.

Apela a ré (fls. 150/161) alegando, em síntese, que “*cumpriu os deveres de fiscalização e inspeção no prazo previsto, de forma a prevenir acidentes e garantir um tráfego seguro. Comprovado que o embate ocorreu na Rodovia SP 340 de forma instantânea (minutos após a inspeção do trecho sem constatar a presença de pessoas empinando pipa), inexistiu condições de ser evitado em tempo real, até porque inexigível, pois não previsto no Contrato de Concessão (fls. 52/81) - não possui poder de polícia para tanto*”. Afirma que “*em se tratando de omissão, a responsabilidade é sempre subjetiva. Entendimento contrário, como o exposto na r. sentença recorrida, transforma as prestadoras de serviços públicos, e obviamente o próprio Estado, em seguradores universais, o que implicaria também na adoção da teoria do risco integral, apesar do ordenamento jurídico pátrio ter se filiado à teoria do risco administrativo. A Apelante comprovou o integral cumprimento do contrato de concessão, prestando serviço público adequado, conferido pista de rolagem hígida para tráfego, não podendo ser responsabilizada por fato de terceiro - estranho às obrigações assumidas contratualmente, não havendo que se falar em risco do negócio (caso fortuito externo). Reitera-se ainda que a Apelante não foi acionada no local dos fatos, não sendo possível precisar o efetivo local no qual ocorrera o acidente, sendo que o embasamento para condenação se deu no depoimento da testemunha Celso Marques de Sousa que expressamente confessa que não verificou a existência de pessoa empinando pipas às margens da rodovia, assim como que não presenciou o acidente, encontrando o Apelado minutos após o evento em local diverso do fatos. Somado a este fato, a Apelante comprovou pelo documento de fl. 130, que não há ponto de contato entre a saída do bairro para a rodovia e a saída da rodovia para adentrar ao bairro descrito, confirmando que o evento se deu em bairro da municipalidade de Mococa/SP, sob o qual a Concessionária não possui atribuições de inspeção e fiscalização. Igualmente necessário destacar que a exatidão do depoimento da testemunha Celso é controversa, pois ao longo da oitiva informa que estudou junto com o Apelado, sendo possível denotar eventual relação de amizade e, portanto, parcialidade do depoimento. Em conclusão, a Apelante cumpriu os deveres de fiscalização e inspeção de forma a prevenir acidentes e garantir um tráfego seguro. Não pôde, porém (tampouco era exigível que pudesse) impedir o acidente; não pode porque nada fora constatada nas inspeções periódicas dentro do prazo contratual de 120min, controverso o local do acidente e porque a Apelante não possui poder de polícia para apreender pipas com linhas cortantes e/ou retirar seus proprietários das margens da rodovia. Neste esteio, a Apelante cumpriu*”.

integralmente com as disposições contratuais e, em se tratando de evento instantâneo, não há que se falar em qualquer responsabilização, caso contrário estaríamos atribuindo responsabilidade integral a ela, que é rechaçado pelo ordenamento pátrio”. Requer a improcedência do pedido ou a redução do valor da indenização.

O recurso foi regularmente processado e respondido (fls. 172/175).

Em julgamento realizado em 7 de novembro de 2018, esta Câmara acolheu os embargos de declaração opostos pela ré para declarar a nulidade do acórdão de fls. 183/189 e determinar o julgamento em sessão presencial do presente recurso (fls. 203/205).

O apelo foi incluído na sessão presencial do dia 27 de fevereiro de 2019, tendo o relator promovido sua retirada de pauta após sustentação oral apresentada pelo advogado da apelante.

É o relatório.

Consta da inicial que “No dia 29 de junho de 2016, o requerente sofreu um acidente na rodovia SP 340, próximo à rotatória que dá acesso aos bairros Nenê Pereira Lima e José Just, envolvendo seu pescoço em uma linha de pipa tipo “chilena”. Na data dos fatos, a linha estava esticada na pista, de um lado ao outro, na altura do pescoço do autor, sendo que a mesma estava presa entre a mureta de concreto e a cerca de arame lateral, armando-se uma espécie de armadilha. Após o acidente o autor dirigiu-se imediatamente ao Pronto Socorro desta comarca e, de imediato, submeteu-se a duas cirurgias: a primeira, logo após o acidente; a segunda em momento posterior (documentação em anexo). Na ocasião da primeira cirurgia ficou internado três dias; na segunda, uma semana. A primeira cirurgia, realizada imediatamente à ocorrência do evento, fez-se necessária dada a gravidade da lesão, a qual colocou o requerente em situação de risco de morte. Já a segunda cirurgia ocorreu para verificar uma bolsa de sangue que estava armazenada no pescoço do mesmo. Com o acidente, o pleiteante logrou obter, junto do INSS, a concessão do benefício de auxílio doença pelo prazo de 45 dias”.

A ré apresentou contestação (fls. 32/46) alegando ausência de ato ilícito e de nexos causal, excludente de responsabilidade por ato exclusivo de terceiro, ausência de responsabilidade subjetiva da concessionária, inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, inexistência de poder de polícia e a inoccorrência de danos morais e estéticos, pugnano pela improcedência da ação.

Oitiva de testemunhas a fls. 119/120.

Após as alegações finais (fls. 121/122 e 123/128), sobreveio a sentença de procedência.

O boletim de ocorrência de fls. 15/16 confirma a versão do acidente narrada na petição inicial, de que o autor trafegava

pela rodovia sob concessão da ré quando foi atingido por linha de pipa com cerol, do tipo chilena, que causou lesões em seu pescoço.

A testemunha arrolada pelo autor ratifica que este vinha da rodovia quando sofreu o acidente na rotatória do bairro José Just.

Por sua vez, a testemunha arrolada pela ré, ouvida como informante em razão do vínculo laboral, declarou que o trecho onde supostamente ocorreu o acidente é de responsabilidade da concessionária.

Não obstante o entendimento exarado por este relator por ocasião da apresentação do voto em julgamento virtual, no sentido de se negar provimento à apelação (fls. 183/189), o exame mais detalhado da prova trazida ao processo aponta que não ficou demonstrado que o acidente ocorreu na rodovia administrada pela apelante e nem em qualquer outro ponto ou local submetido à concessão, circunstância que impede seja ela responsabilizada pelos danos sofridos pelo apelado.

Conforme acima mencionado, a testemunha Celso Marques de Souza, arrolada pelo autor, declarou que este vinha da rodovia quando sofreu o acidente na rotatória do bairro José Just. Declarou também que não presenciou o acidente, mas que se encontrou com o autor na rotatória de saída do bairro José Just, momento em que o autor, conduzindo a motocicleta, foi em sua direção pedindo socorro, levantou o capacete e disse que estava passando mal.

O MM. Juiz reproduziu na sentença o conteúdo das demais declarações da testemunha: *“Então como os dois estavam de moto, perguntou para o autor se ele conseguiria ir até o pronto socorro dirigindo sua moto, pois, se fosse para chamar o resgate iria demorar muito, e como o autor disse que conseguiria dirigir, ele foi dando assistência junto dele, segurando o trânsito para que ele conseguisse chegar à segurança. Disse que se o autor viesse a passar mal ou desmaiar, aí chamaria o resgate para atendê-lo. Mas, como ele tinha condições, eles prosseguiram. Afirmou que se encontraram na rotatória, e que o autor estava vindo pela rodovia sentido de Arceburgo, e estava entrando na rotatória”*.

Os elementos de convicção de que se dispõe não permitem verificar qual é a distância entre a saída da rodovia e o local em que o autor se encontrou com a testemunha Celso Marques de Souza, cabendo neste particular observar que a ré não demonstrou a veracidade da alegação nas razões de recurso no sentido de que *“não há ponto de contato entre a saída do bairro para a rodovia e a saída da rodovia para adentrar ao bairro descrito”*, considerando que os mapas de fls. 129 e 130 não

conduzem a tal conclusão.

Diante da incerteza acerca da distância entre a saída da rodovia e o local em que o autor e a testemunha se encontraram, bem como da ausência de demonstração de que mesmo a rotatória onde o autor e a testemunha se encontraram é parte integrante da área administrada pela ré, ganha relevância a alegação da apelante no sentido de que o evento pode ter ocorrido em local diverso da rodovia ou de qualquer outro trecho submetido à concessão.

Em outras palavras, à míngua de provas mais exatas e, sobretudo, de testemunha presencial do fato, é possível que o acidente tenha ocorrido não na rodovia, mas sim no bairro situado nas imediações, local não submetido à inspeção e fiscalização da apelante.

Desse modo, ainda que a responsabilidade da ré seja de natureza objetiva e que a relação entre as partes esteja submetida às regras do Código de Defesa do Consumidor, a pretensão indenizatória é de ser rejeitada uma vez que, diga-se novamente, o autor não se desincumbiu do ônus de comprovar que o acidente ocorreu na rodovia, não sendo demais acrescentar que os dados que constam do boletim de ocorrência são oriundos de informações unilaterais prestadas pelo próprio autor.

Em resumo, julga-se improcedente a ação, ficando o autor condenado ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa, com a ressalva de que estará isento de tais encargos enquanto perdurar sua condição de beneficiário da justiça gratuita.

Ante o exposto, o voto é no sentido de se dar provimento à apelação.

CARLOS HENRIQUE MIGUEL TREVISAN
Relator